



História do Debate do Cálculo Econômico Socialista

Fabio Barbieri

São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2013. (302 páginas)

ISBN: 978-85-8119-040-2

Provavelmente o século XX será lembrado como o século que pôs em marcha a ideia de planejamento central da economia e, por consequência, da sociedade como um todo. As diversas frentes que empreenderam tal movimento – socialismo soviético, nazismo e fascismo, as mais conhecidas – tinham em comum o esforço de substituir a anarquia do capitalismo pelo controle racional do socialismo, conforme proposto pelo próprio Karl Marx (1818-1883). E é na efervescência político-cultural das primeiras décadas do século XX, período em que o socialismo era paradigma dominante no meio acadêmico e a Revolução Russa já se fazia presente, que Ludwig von Mises (1881-1973) publica um ensaio defendendo uma tese simples porém radical para aquele contexto: o socialismo, como proposta de ordenamento econômico, é impossível.

A partir do ensaio de Mises publicado em 1920 desenvolve-se aquele que talvez seja o mais importante confronto intelectual travado dentro das ciências econômicas, o debate acerca da (im)possibilidade do cálculo econômico no socialismo. Essa contenda é o tema central da tese de doutoramento, agora trazida ao público em forma de livro, do professor Fabio Barbieri, atualmente docente na Universidade de São Paulo (USP). *História do Debate do Cálculo Econômico Socialista* tem o mérito de ser a primeira investigação histórica em língua portuguesa sobre o assunto. Sem abrir mão de tecer comentários e tomar posições em determinados momentos, o autor procura apresentar de forma imparcial os ar-

gumentos dos diversos autores que tomaram parte no debate.

De início, o autor chama a atenção para algo muito interessante, e que de tão óbvio talvez poucos tenham notado. Os pensadores socialistas dedicaram verdadeiras bibliotecas à crítica do capitalismo, ao livre mercado, à propriedade privada, mas pouco se preocuparam com explicações acerca da ordem econômica do socialismo, ou seja, com a demonstração racional de como um sistema baseado na propriedade coletiva dos meios de produção poderia ser melhor que os regimes anteriores.

Barbieri destaca a *Crítica ao Programa de Gotha*, uma das poucas obras de Marx a explicar como o socialismo funcionaria. Depois da coletivização dos bens, seria deduzida a quantidade de trabalho de cada indivíduo, bem como as necessidades de investimento e manutenção do capital. Vales seriam emitidos e estes poderiam ser trocados nos centros de distribuição de bens. Essa seria a primeira fase do comunismo. Na segunda fase, esperava-se um aumento da produtividade. A partir daí consumo e contribuição de cada pessoa seriam dissociados. O trabalho se transformaria numa atividade voluntária e todos teriam acesso ao conjunto total de bens produzidos. O Estado se agigantaria na primeira fase e milagrosamente desapareceria na segunda. Vladimir Lênin (1870-1924) em *O Estado e a Revolução*, seu manual prático para a tomada à força do poder, chegou a ser mais direto. Para ele, a tomada das empresas não representaria nenhum problema do ponto de vista da ges-

tão, uma vez que os capitalistas eram meros operadores de livros contábeis. Os revolucionários deveriam se preocupar com a simplificação dos processos, facilitando a aproximação da ordem econômica para uma estrutura hierarquizada, como o exército ou o correio, por exemplo.

Especialmente sobre essa abordagem um tanto simplista do problema econômico, a obra de Barbieri traz uma importante descrição sobre a própria evolução da teoria econômica. Sob o paradigma construído pelos economistas clássicos, as atenções estavam primordialmente voltadas para a produção e distribuição de riqueza. É com a revolução marginalista que as ciências econômicas ganham um escopo maior, dando mais sentido lógico ao sistema de preços ao integrar produção e necessidade dos agentes. Essa transição é assim resumida pelo autor:

[...] o sistema de preços, entre os clássicos, não guia a produção de forma fundamental, mas apenas em ajustes no curto prazo. A discussão da produção antecede logicamente a discussão do valor e preço dos bens, que são explicados pelo custo da produção em termos de quantidade de trabalho empregada na mesma. Essas quantidades de trabalho e dos demais fatores que determinam o custo, por sua vez, são dados dos quais a análise parte. Com a revolução marginalista, porém, já que o problema principal passou a ser o estudo de como a capacidade produtiva deve se adequar às necessidades dos agentes, a determinação da composição dos fatores não mais era considerada como dada, vista como um problema técnico, mas sim como dependente do próprio sistema de preços, na medida em que as necessidades se manifestam nas demandas pelos bens alternativos e indiretamente na demanda pelos fatores produtivos (p. 32).

Esse é o contexto que antecede a proposição de Mises. *História do Debate* não se abstém de apresentar desafios similares ao de Mises, propostos por Max Weber (1864-1920) e Boris Brutzkus (1874-1938), bem como críticas formuladas ainda no séc. XIX que, *latu sensu*, poderiam ser classificadas como argu-

mentos acerca da inviabilidade do socialismo. No entanto, “apenas com a publicação do trabalho de Mises teremos reunidas tanto as condições históricas quanto a existência de um autor com qualificação teórica e estilo incisivo para lançar um desafio capaz de iniciar o debate do cálculo” (p. 68).

Mises publica o ensaio *O Cálculo Econômico Sob o Socialismo* em 1920. Nesse artigo, poucos anos depois expandido para o tratado geral *Socialism: An Economic and Sociological Analysis*, o economista austríaco defende que em sociedades que operam com trocas indiretas (moeda), os agentes guiam suas ações por meio do sistema de preços, sendo estes formados pelas trocas nos mercados, estas por sua vez viabilizadas pela propriedade privada dos bens e dos meios de produção. Como o socialismo abole a propriedade privada, é impossível que preços genuínos seja formados, com a paralisia do sistema de preços o cálculo econômico (comparação entre receitas e custos) perde o sentido. O socialismo, portanto, jamais poderia ser considerado um arranjo superior ao livre mercado. A promessa de substituição da anarquia capitalista pela ordem socialista seria falaciosa. A socialização dos meios de produção, ela sim, traria o caos.

Pela pesquisa contida na *História do Debate*, observa-se que o ataque de Mises mirava os economistas marxistas. No entanto, foram os economistas neoclássicos que se posicionaram para tentar refutar a tese misesiana. Pela leitura da obra, depreende-se que este fenômeno se deu, principalmente, pela aceitação tácita entre austríacos e neoclássicos de um fundo teórico comum, qual seja, a questão da similitude formal. Em linhas gerais, deu-se o nome de similitude formal para o reconhecimento de que toda sociedade, independentemente de tempo e espaço, enfrenta o desafio da escassez de recursos. A aceitação dessa realidade pressupõe que a forma de alocação dos recursos não possa ser ignorada, sendo ela um importante campo de investigação científica. É possível rastrear as raízes desse compartilhamento de pensamento de novo na revolução marginalista, movimento intelectu-

al que originou tanto a linha neoclássica como a austríaca. Consta-se na obra que os marxistas não desenvolveram nenhuma reposta verdadeiramente digna de nota. Os motivos seriam os mais diversos: apego ao polilogismo classista, pouco treino e pouca literatura sobre a sustentabilidade da ordem econômica socialista e, por fim, um certo reconhecimento da contundência do argumento de Mises. Em suma, preferiram ignorar a debater.

A grande contribuição da *História do Debate* encontra-se nos capítulos 4 e 5. Neles, Barbieri faz um extenso levantamento das tentativas de resposta à tese original, bem como as réplicas dos economistas filiados à Escola Austríaca. O leitor, especialmente aquele versado em teoria econômica, perceberá como o debate sobre o cálculo econômico socialista foi importante para estabelecer uma linhagem teórica e um programa de pesquisa próprios da Escola Austríaca, separando-a de outras correntes de pensamento que, juntas, vieram a nascer com a revolução marginalista.

Não obstante o primeiro conjunto de respostas ter sido formulado em alemão e Mises ter participado de forma mais direta, nota-se que as formulações de Otto Neurath (1882-1945) e Otto Leichter (1897-1973), por exemplo, chegam a ser simplórias. Tentaram refutar a tese de Mises invocando o uso do cálculo em espécie, sem o uso da moeda e dos preços de mercado. A réplica de Mises vem no sentido de reforçar a impossibilidade do cálculo em espécie, principalmente pelo fato de não se conseguir comparar bens heterogêneos.

A década de maior intensidade do debate certamente foi a de 1930, na qual economistas ligados à tradição neoclássica, muitos deles ligados à Sociedade Fabiana, se utilizam da então moderna microeconomia para demonstrar a viabilidade do socialismo. Para mostrar a variedade de autores o resenhista pede licença para uma citação mais extensa de Barbieri:

A característica comum a todos esses artigos é o fato de que seus autores basearam suas propostas na teoria neoclássica. Assim, a

mesma teoria que havia sido utilizada para criticar a teoria clássica do valor e formular a tese de Mises foi então utilizada não só para mostrar que o socialismo seria viável, mas também para defender a superioridade desta forma de organização social sobre as economias de mercado. As diversas vertentes da teoria neoclássica foram utilizadas nessa empresa. A abordagem de equilíbrio geral foi utilizada por Taylor (1929), Dickinson (1933) e Lange (1936-7) para propor esquemas socialistas que substituem os mercados por um sistema artificial de preços. As abordagens austríaca e marshalliana, por sua vez, foram utilizadas por Durbin (1936) e Lerner (1937) para propor economias socialistas nas quais se permitiriam mercados em que os participantes seriam firmas estatais, cuja atuação seria determinada por regras ditadas centralmente. Em ambos os casos, a incorporação no socialismo de um sistema de preços (real ou artificial) justifica a classificação das propostas como “socialismo de mercado” (p. 96-97).

O autor pacientemente descreve cada proposta elaborada pelos economistas acima citados. Os modelos são os mais diversos, variando da pura tentativa-e-erro e chegando no socialismo com bolsa de valores, passando pela operacionalização das curvas de custos mínimos e elaboração de esquemas de incentivos aos gerentes das firmas socialistas. Um outro recurso – misto de teoria e retórica – é comumente observado nos modelos neoclássicos: a ênfase nos conceitos de “equilíbrio” e “estática”. Tal artifício, mostra Barbieri, acaba por desviar as respostas ao desafio inicialmente proposto, claramente de caráter dinâmico, no qual a função empresarial não se restringe a meros processos de tomada de decisões de ordem técnica.

A crítica de F. A. Hayek (1899-1992) às tentativas de respostas não é menos poderosa que a própria tese de Mises. *História do Debate* mostra como Hayek assume o papel de principal crítico dos neoclássicos e seus modelos de socialismo de mercado. Sua abordagem gira em torno, principalmente, da questão da dispersão do conhecimento. Modelos de equi-

líbrio sempre adotam como pressuposto um enorme conjunto de informações “dadas”, ignorando o fato de que o processo de mercado é crucial para a criação de novas informações relevantes, além de coordenar, via especialização do trabalho e sistema de preços, o conhecimento disperso pela sociedade. O autor ainda dedica algumas páginas à análise da (suposta) divergência entre Mises e Hayek acerca do argumento central que explicaria a impossibilidade do cálculo econômico no socialismo.

Na parte final da obra, Barbieri descreve a retomada do debate nos anos finais do século passado. O desenvolvimento da chamada Economia da Informação, bem como a ampliação da capacidade de processamento de dados dos computadores, reascenderam a discussão sobre a viabilidade de mercados comandados *top-down*. No entanto, por mais que as premissas dos modelos de equilíbrio sejam relaxadas, por mais que super-computadores consigam processar enormes quantidades de dados e equações, tudo isso é incapaz de superar toda a complexidade do problema econômico. Pelas próprias palavras do autor entre as tentativas de solução ao desafio de Mises apresentadas até aqui, “nenhuma chega perto de replicar a complexidade alcançada com o sistema de preços” (p. 280).

Em suma, a leitura de *História do Debate do Cálculo Econômico Socialista* é necessária não só pelo conhecimento de um dos debates mais importantes das ciências sociais em todos os tempos. Ela é valiosa pelo esclarecimento acerca da própria solidificação da Escola Austríaca como uma tradição de pensamento eco-

nômico, com arcabouço teórico e programas de pesquisa próprios. O mesmo vale para o ramo neoclássico. Os estudiosos das ciências econômicas encontrarão uma vasta gama de informações que, indiretamente, oferece uma rica análise comparativa dessas duas correntes de pensamento.

É verdade que o socialismo revolucionário típico do início do séc. XX sofreu considerável enfraquecimento, mas a ideia de que é papel do Estado coordenar e regular os mercados desde cima está bem viva. Teorias falaciosas e que não dizem respeito à ação humana nos mercados existem aos montes para justificar tal ideia. O referencial teórico construído pelos socialistas de mercado hoje é largamente empregado por órgãos reguladores governamentais para “corrigir falhas de mercado”, “aproximar os mercados ao estágio de competição perfeita” e “calcular tarifas compatíveis com o equilíbrio competitivo”. O estudo do debate do cálculo econômico, com especial atenção para as teses de Mises e Hayek, é de fundamental importância para se compreender que qualquer perturbação da instituição da propriedade e do sistema de preços trará, inexoravelmente, consequências negativas à sociedade. No Brasil, basta observar o que acontece com setores socializados ou fortemente regulados: saúde, educação, transporte público, energia elétrica, telecomunicações etc. Escassez, baixo investimento, consumidores insatisfeitos, essa é a regra. Enfim, por mais que os socialistas do século XXI bradem alto contra o capitalismo de livre mercado, no final do dia o caos se impõe até sobre a oferta de papel higiênico. ∞

Daniel Marchi

Economista graduado pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP)

Coordenador do Grupo de Estudos da Escola Austríaca de Brasília

danielmarchi@gmail.com